

Setor da Abin criado sob Bolsonaro usou software espião, diz documento

Segundo Alexandre Ramagem, então diretor da agência de inteligência, o uso do FirstMile era limitado

Thaís Oliveira
e Fabio Scarpão

anuais. Documentos em posse da Polícia Federal na Operação Última Milha indicam que servidores da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) ligados no CIN (Centro de Inteligência Nacional) utilizaram o software espião FirstMile no governo Jair Bolsonaro (PL). O CIN tem origem em um decreto de Bolsonaro, assinado em julho de 2022, que criou novas estruturas dentro do organograma da Abin, à época chefiada por Alexandre Ramagem, atual deputado federal e pré-candidato do PL à Prefeitura do Rio de Janeiro. Ramagem nega irregularidades e disse, por meio da assessoria, que o departamento de operações, composto exclusivamente por servidores de carreira da Abin, era o único responsável pela gestão, seleção e execução do sistema.

A justificativa para a criação do CIN foi planejar e executar atividades de inteligência destinadas ao enfrentamento de ameaças à segurança e à estabilidade do Estado e ao assessorar órgãos competentes sobre atividades de política de segurança pública e identificação de ameaças decorrentes de atividades criminosas. Foram colocados em cargo de chefia na nova estrutura servidores da agência e policiais federais próximos a Ramagem e à família Bolsonaro, o que fez com que o CIN fosse considerado de Abin paralela. O centro foi desmontado pela atual direção da Abin no governo Lula (PT) após operação da PF mirando a ferramenta. O FirstMile foi utilizado pela Abin entre 2019 e 2021. Ele foi adquirido e ficou "hospedado" em computadores da Polícia de Operações de Inteligência, mas depoimentos de



Fachada da sede da Agência Brasileira de Inteligência, em Brasília. Foto: Laila - 26 out. 23/Palmares

servidores e documentos de apurações internas da Abin mostram o uso por solicitantes de pessoas ligadas ao CIN. Sobre um servidor alvo de busca pela PF, a autorização do ministro Alexandre de Moraes diz que ele era "responsável pela fiscalização contratual do sistema FirstMile e, mesmo transferido de setor, continuou a realizar consultas pelo Centro de Inteligência Nacional". "O servidor, ainda, tinha plena ciência da característica intrínseca da ferramenta que questiona, na condição de fiscal do contrato, o fato de a empresa fornecedora ter perdido a eficácia em relação a operadora Tim", segue a decisão.

Como mostrou a Folha, uma troca de e-mails entre oficiais da Abin e funcionários da empresa vendadora do FirstMile é utilizada pela PF como prova de que a ferramenta invadida a rede de telefonia nacional. O uso do programa pelo CIN, logo, fora do setor onde ele estava instalado, aparece ainda em outro trecho do inquérito da PF, em que os investigadores analisam um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) da Abin contra dois servidores que denunciaram o uso do software espião para tentar escapar da demissão.

Destaca-se que a comissão de PAD identificou a utilização do sistema a pedido dos responsáveis pelo CIN, diz a PF. O emprego da ferramenta na gestão Ramagem e o próprio delegado estão na mira da PF. A suspeita é que a Abin usou ilegalmente, na gestão

“A potencial ciência e participação dos então responsáveis pela gestão da Abin ganha relevo quando, em ação extemporânea após o esgotamento do uso da ferramenta, constroem processo administrativo 'correcional' para garantir a 'legalidade a posteriori' de suas ações

Polícia Federal em relatório sobre tentativa de esconder o uso do software

PF faz buscas contra suspeitos do 8/1

A Polícia Federal cumpriu, nesta quarta (24), mandados de busca e apreensão contra suspeitos de terem financiado e iniciado os ataques golpistas de 8 de Janeiro. Foram expedidos três mandados em Roraima (Grande São Paulo), segundo a PF, a ação é um desdobramento da 22ª fase da Operação Lava Jato. A ação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que também determinou a indisponibilidade de R\$ 40 milhões em bens, ativos e valores dos investigados.

foi feita pelos dois servidores alvo de apuração interna por supostos envolvimento em fraude licitatória no Exército. O ex-diretor da Abin então, segundo a Procuradoria, converteu o julgamento da investigação interna contra os dois em diligência, com a nomeação de nova comissão processante. Além disso, deixou de submeter as conclusões da primeira comissão ao ministro-chefe do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), responsável por apreciar e decidir sobre esses casos.

Dessa forma, ele teria postergado a demissão dos servidores e uma possível divulgação do uso do FirstMile. Sobre a compra e uso do programa, a PF diz que Ramagem está entre os responsáveis pelas ações e omissões e faz parte do "núcleo da alta gestão", que integrou por policiais federais lotados em cargos de assessoramento e direção na Abin durante o governo Bolsonaro. "A potencial ciência e participação dos então responsáveis pela gestão da Abin ganha relevo quando, em ação extemporânea após o esgotamento do uso da ferramenta, constroem processo administrativo 'correcional' para garantir a 'legalidade a posteriori' de suas ações", diz a PF.

Procurador, Ramagem disse por meio da assessoria que o CIN foi "criado para cumprir atuação da Abin como órgão central do sistema brasileiro de inteligência e implementar inteligência corrente e coleta estruturada de dados".

Sobre os servidores e policiais federais lotados no CIN, utilizaram o FirstMile, ele afirmou que os "centros, direções e superintendências da Abin possuem demandas de inteligência, mas apenas o departamento de operações utilizava a ferramenta". Ramagem disse ainda que a investigação da PF só foi possível porque sua gestão "fez correção e investigação na corregedoria" sobre o sistema. "Outras instituições adquiriram a mesma ferramenta, sem noticiários de providências da auditoria. Não me encontro como investigado, já tendo inclusive representado a PF contra imputações infundadas", completou.

Em audiência pública, TSE recebe sugestões para evitar fraude em autodeclaração racial

Priscila Camazano

SÃO PAULO O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) recebeu nesta quarta (24), em audiência pública, sugestões para aperfeiçoar as regras que valerão para as eleições municipais deste ano. Entre as propostas, foram apresentadas medidas para combater possíveis fraudes no preenchimento da autodeclaração dos candidatos que concorrerão às eleições. Foram debatidas minutas de resolução sobre registro de candidatura, fundo especial de financiamento de candidaturas e prestação de contas.

Entre as alterações nas minutas está a proposta de restringir a mudança na autodeclaração dos candidatos de uma eleição para outra.

Segundo o texto, quem o fizeresse teria que se justificar junto ao TSE. A medida valeria para quem alterasse o registro para preto ou pardo. "No caso de ser declarada, no registro de candidatura, cor preta ou parda em divergência com informação do Cadastro Eleitoral ou com anterior pedido de registro, a pessoa candidata e o partido, a federação ou o coligado, são intimados para confirmar a alteração da declaração racial", diz a minuta.

Elas visam combater mudanças no cadastro e possíveis repasses indevidos de verbas destinadas a candidaturas negras.

Diz ainda que constatará "erro na declaração racial, ou se o prazo transcorrer sem que



Audiência pública no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), em Brasília. Alexandre Zamboni/Reuters/TSE

nifestação, a informação sobre cor ou raça será ajustada para refletir o dado constante do Cadastro Eleitoral ou de anterior registro de candidatura".

Arrelia do processo de revisão das resoluções é a ministra Cármen Lúcia, que ainda deve apresentar as versões finais ao plenário. Para valerem na eleição, as normas devem ser aprovadas até o dia 30 de março.

Nesta quarta, algumas pro-

“Se não tem as características fenotípicas para se enquadrar em determinado grupo social, negro ou pardo, evidentemente, ele não sofre as mazelas de ser negro em um país racista como o nosso

Marcos André de Paula, advogado da Associação Nacional da Advocacia Negra

postas sobre o tema da autodeclaração foram apresentadas.

Sidney Sá das Neves, do Conselho Federal da OAB, sugeriu que os partidos criem comissões de heteroidentificação para aferirem objetivamente a autodeclaração do postulante.

"Justamente para fins de evitar o que se chamou de afro conveniência. Nessa última eleição, nós nos deparamos com candidatos se autodeclarando [negro] por entender que um antepassado, uma ancestralidade, havia uma pessoa negra, sendo que a pessoa não reúne um fenômeno de pessoa negra", disse.

Marcos André de Paula, da Anan (Associação Nacional da Advocacia Negra) também sugeriu que os candidatos passem por uma banca de heteroidentificação.

"Nós negros não somos silênciosos, somos silenciados, e todas as vezes que se admite a fraude ao sistema que deveria, em regra, corrigir essa distorção social e a falta de representatividade do nosso povo nos cargos de poder, principalmente aqueles destinados a votação e aprovação de políticas públicas e de redução, obviamente, das desigualdades, se agrava ainda mais esse quadro", disse.

Segundo ele, os fenômenos divergem da autodeclaração firmada pelo próprio candidato, que, por motivo de falta de letramento racial ou outras questões, acaba por não representar a fidelidade dele.

"Se não tem as características fenotípicas para se enquadrar em determinado grupo social, negro ou pardo, evidentemente, ele não sofre as mazelas de ser negro em um país racista como o nosso", disse.

Nas últimas eleições, algumas medidas foram aprovadas para incentivar e assim aumentar a participação de negros nas disputas eleitorais.

Em 2021, o TSE aprovou resolução estabelecendo regras de distribuição do fundo eleitoral. As legendas passaram a ter que distribuir o dinheiro para financiamento de campanha de forma proporcional a candidatos negros e brancos, considerando o número de postulantes em cada partido.

Também, desde o último pleito, votos a candidatas mulheres ou a candidatos negros são contados em dobro na definição dos valores dos fundos partidário e eleitoral distribuídos aos partidos políticos.

A medida é válida até 2023.

O TSE considera negros os candidatos pardos ou pretos, e adota autodeclaração no registro de candidatura.

Levantamento da Folha nas eleições de 2022 apontou que 1,342 postulantes mudaram a autodeclaração racial no pedido de candidatura, ante a que haviam apresentado em 2018.

Isso foi 21,6% dos que concorreram em 2018 e em 2022. A troca mais frequente foi de branca para parda (54%). Segundo outro levantamento da Folha, após as eleições, 19 deputados reeleitos mudaram a autodeclaração de branco para pardo, como Alexandre Leite (União-SP), Elmar Nascimento (União Brasil-BA) e Félix Mendonça Junior (PT-BA). Outro político que mudou seu registro foi Flávio Dino, agora ministro do STF. Quando concorreu às eleições para governo do Maranhão, ele mudou a autodeclaração de branco, em 2014, para pardo, em 2023.